

Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia

Tropics of risk discourse: risk-adventure
as a metaphor in late modernity

Mary Jane P. Spink ¹

¹ Programa de Estudos
Pós-Graduados em
Psicologia Social, Pontifícia
Universidade Católica
de São Paulo.
Rua Monte Alegre 984,
São Paulo, SP
05014-091, Brasil.
mjspink@puccsp.br

Abstract *This article discusses new uses of interpretative repertoires of risk, especially those related to adventure. The author argues that the language of risk as adventure has multiple uses, as both a hedge against de-traditionalizing processes typical of late modernity and a figure of speech for new sensitivities stemming from the imperative of coping with the imponderability and volatility of modern risks. The article begins with an overview of the historical meanings of risk, seeking to argue that, as language in use, risk is a useful vantage point for understanding the transformations currently under way in the forms of social control, suggesting that we are experiencing a transition from disciplinary society, typical of classic modernity, to risk society. The discussion then focuses on recent transformations in images of risk, with special emphasis on the trend to use risk-adventure as a metaphor for late modernity.*

Key words *Risk; Risk-Adventure; Reflexive Modernization; Risk Language*

Resumo *Este artigo tem como objetivo situar as novas modalidades de uso dos repertórios interpretativos sobre risco, especialmente no que se refere à perspectiva da aventura. Propõe que, como aventura, a linguagem do risco cumpre atualmente funções múltiplas, sendo tanto um anteparo aos processos de destraditionalização típicos da modernidade tardia, como uma figura de linguagem utilizada para falar de novas sensibilidades decorrentes do imperativo de enfrentar a imponderabilidade e volatilidade dos riscos modernos. Inicia com uma visão panorâmica dos sentidos históricos do risco buscando argumentar que a noção, entendida na perspectiva da linguagem em uso, permite explorar as mudanças que vêm ocorrendo nas formas de controle social que nos possibilitam falar de uma transição da sociedade disciplinar, formação típica da modernidade clássica, para a sociedade de risco, formação emergente na modernidade tardia. Finaliza apontando para as transformações que vêm ocorrendo nas imagens sobre risco, buscando destacar o uso crescente do risco-aventura como metáfora da modernidade tardia..*

Palavras-chave *Risco; Aventura; Modernidade Reflexiva; Linguagem do Risco*

Este texto tem o duplo objetivo de síntese e de reposicionamento frente à questão do risco na modernidade tardia. Como síntese, visa sistematizar as reflexões e resultados das pesquisas sobre risco por nós desenvolvidas desde 1997 (Spink, 1997, 1998, 1999). Como reposicionamento, pretende argumentar a favor da existência, hoje, de novas modalidades de uso dos repertórios interpretativos sobre risco. Proporemos, mais especificamente, que o risco, visto na perspectiva da aventura, cumpre atualmente funções múltiplas, sendo tanto um anteparo aos processos de destradicionalização típicos da modernidade tardia, como uma figura de linguagem utilizada para falar de novas sensibilidades decorrentes do imperativo de enfrentar a imponderabilidade e volatilidade dos riscos modernos.

Começaremos traçando uma visão panorâmica dos sentidos históricos de risco. Apoiando-nos nas teorizações de Hayden White (1994), buscaremos mais especificamente traçar o enredo arquetípico dos trópicos do discurso sobre risco. Pretendemos, por meio dessa panorâmica, argumentar que a noção de risco, entendida na perspectiva da linguagem em uso, permite explorar as mudanças que vêm ocorrendo nas formas de controle social que nos possibilitam falar de uma transição da sociedade disciplinar, formação típica da modernidade clássica, para a sociedade de risco, formação emergente na modernidade tardia.

Com essa contextualização como base, o cerne do nosso argumento propõe que estamos vivendo formas variadas de destradicionalização do risco que se fazem visíveis não apenas na multiplicidade de novas modalidades de aventura, mas também no uso metafórico do risco-aventura para referir-se sobretudo à imponderabilidade e volatilidade dos riscos manufaturados.

Antes, porém, são necessários alguns esclarecimentos conceituais. Ao utilizar o termo *risco-aventura* estamos nos referindo, apenas parcialmente, às novas modalidades de aventura e aos novos usos de antigas modalidades de jogos de vertigem. Optamos pelo termo composto *risco-aventura*, para enfatizar um deslocamento importante dos sentidos modernos do risco que recuperam a aventura como dimensão positiva da gestão dos riscos.

Os teóricos do risco, como Gary Machlis & Eugene Rosa (1990), buscam incorporar essa dimensão em seus esquemas tipificadores sob a denominação de “risco desejado”. O risco desejado, segundo a definição dada por esses autores, refere-se às “*atividades ou eventos que têm incertezas quanto aos resultados ou conse-*

quências, e em que as incertezas são componentes essenciais e propositais do comportamento” (Machlis & Rosa, 1990:162). Acatam, assim, a impossibilidade de compreender risco apenas na perspectiva racionalizadora da análise de riscos, entendida como a triangulação entre cálculo, percepção e gerenciamento dos riscos.

Faz-se necessário esclarecer também, que as pesquisas que vêm sendo por nós desenvolvidas focalizam risco na perspectiva da *linguagem em uso*. No referencial que estamos elaborando no Núcleo de Pesquisa em Psicologia Social e Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Spink & Frezza, 1999; Spink & Medrado, 1999; Spink & Menegon, 1999), várias dimensões de uso da linguagem são enfatizadas. Buscamos, de um lado, entender a construção de conceitos no âmbito de domínios de saber específicos e sua cristalização em discursos. Falamos, nesse caso, de discursos ou do uso institucionalizado de repertórios interpretativos. Mas buscamos também entender a linguagem na perspectiva dinâmica de uso no contexto das práticas discursivas. Focalizamos, nessa perspectiva, os processos de interanimação dialógica que pontuam as trocas lingüísticas e a dinâmica de posicionamentos que daí emergem.

Entretanto, seja no enfoque dos discursos cristalizados, seja no das práticas discursivas, é a noção de *repertório interpretativo* (Potter & Wetherell, 1987) que ocupa o papel teórico central. Chamamos de repertório interpretativo o conjunto de termos, conceitos, lugares-comuns e figuras de linguagem utilizados para falar de um fenômeno específico. Sendo produções culturais e estando inscritos nos textos, imagens e lugares de memória que constituem o imaginário social, os repertórios são melhor compreendidos quando abordados no tempo longo da história. A familiarização com essas produções implica, portanto, a realização de uma arqueologia dos usos dos repertórios em diferentes épocas históricas. Constituem, nessa perspectiva arqueológica, um reservatório de sentidos passíveis de serem reativados nos processos de compreensão do mundo, que chamamos de produção de sentidos.

Com o objetivo de entender os repertórios sobre risco do ponto de vista arqueológico dos contextos históricos de uso, foi feita uma extensa pesquisa bibliográfica sobre a emergência, circulação e uso da linguagem do risco em diferentes domínios do saber. Tratava-se de um projeto ambicioso que abarcou a etimologia da palavra risco e seu emprego no contexto dos jogos, da economia, da saúde, da tecnologia e da biotecnologia, buscando entender as múlti-

plas dimensões do debate sobre risco presentes em inúmeros textos publicados em livros e artigos. É com base nessa vasta revisão da literatura que forneceremos uma visão panorâmica dos sentidos históricos de risco.

Uma visão panorâmica dos sentidos históricos de risco: o enredo arquetípico dos discursos sobre o risco

Mesclam-se nesta panorâmica três dimensões: uma forma de se relacionar com o futuro, uma forma de conceituar risco e uma forma de gerir os riscos. Considerando, inicialmente, o risco como uma *forma específica de se relacionar com o futuro*, nunca é demais reiterar que a palavra risco emerge na pré-modernidade, ou seja, na transição entre a sociedade feudal e as novas formas de territorialidade que dariam origem aos Estados-nação. Obviamente, a humanidade sempre enfrentou perigos diversos, sejam os riscos involuntários decorrentes de catástrofes naturais – terremotos, erupções vulcânicas, furacões – sejam aqueles associados às guerras, às vicissitudes da vida cotidiana ou ainda os voluntários, decorrentes do que chamaremos hoje de “estilo de vida”. Entretanto, esses eventos não eram denominados riscos. Eram referidos como perigos, fatalidades, *hazards* ou dificuldades, mesmo porque a palavra risco não estava disponível nos léxicos das línguas indo-européias.

Assim, a própria emergência da palavra risco no catalão no século XIV, nas línguas latinas no século XVI e nas anglo-saxônicas no século XVII já constitui um rico campo de investigação. Embora tenhamos engrossado as fileiras dos etimólogos diletantes, não se trata aqui de explicitar as hipóteses prováveis desse surgimento tardio do vocábulo. Basta ressaltar o consenso de que a palavra emerge para falar da possibilidade de ocorrência de eventos vindouros, em um momento histórico onde o futuro passava a ser pensado como passível de controle.

Vale fazer aqui uma breve digressão sobre as diversas possibilidades de pensar o futuro. Pierre Bourdieu, em texto publicado originalmente em 1963, defende a tese de que as disposições sobre o futuro estão associadas às condições materiais de existência, que permitem ou não defini-lo como “...uma estrutura particular de probabilidades objetivas – um futuro objetivo” (Bourdieu, 1979:8). Apoiando-se em pesquisas etnográficas e estatísticas, realizadas na Argélia entre 1958 e 1961, considera que a adaptação à economia capitalista implica a incorporação da disposição à previsibili-

dade e cálculo que, por sua vez, “... exige uma disposição determinada em relação ao tempo e, mais precisamente, em relação ao futuro, sendo que a ‘racionalização’ da conduta econômica supõe que toda existência se organiza em relação a um ponto de fuga ausente e imaginário” (Bourdieu, 1979:18-19).

É esse tipo de relação com o futuro que gera o clima propício à incorporação plena da perspectiva do “risco”. Não que haja uma ausência de qualquer disposição ante o futuro numa economia pré-capitalista. Trata-se, entretanto, de um futuro pautado na “previdência” – a habilidade de “ver de antemão” a partir da inscrição na própria situação, a partir da identidade entre tempo de trabalho e tempo de produção. Como afirma Bourdieu (1979:22), “*longe de serem ditados pelo desejo prospectivo de um futuro projetado, as condutas de previdência obedecem ao cuidado de se conformarem aos modelos herdados*”. Já o capitalismo impõe que se rompa essa unidade. Opõe, assim, ao “futuro prático”, lugar de potencialidades objetivas, a noção de futuro como lugar dos possíveis abstratos de um sujeito intercambiável.

Mais uma vez é preciso deixar claro que não se trata da ausência da possibilidade de cálculo. O que Bourdieu parece afirmar é que, nas economias pré-capitalistas, o cálculo está a serviço da equidade, pautada num espírito de solidariedade, mas “*opõe-se em absoluto ao espírito do cálculo que, fundamentando-se na avaliação quantitativa do lucro, anula as aproximações arriscadas e desinteressadas (pelo menos nas aparências) de uma moral de generosidade e honra*” (Bourdieu, 1979:35).

A transição de um futuro pautado em solidariedade para outro marcado pelo cálculo dos riscos, pode ser traçada a partir dos repertórios lingüísticos disponíveis para significar o futuro. Há, conforme discutimos em textos anteriores (Spink, 2001), uma incorporação gradativa de termos, passando de fatalidade à fortuna (Giddens, 1991), e incorporando paulatinamente os vocábulos *hazard* (século XII), perigo (século XIII), sorte e chance (século XV) e, no século XVI, risco.

Após emergir como vocábulo na pré-modernidade, risco haveria de tornar-se um conceito fundamental na modernidade clássica. Entretanto, a possibilidade de efetivamente utilizar o conceito de risco como estratégia de governo, envolve um longo processo de formalização que pode ser melhor entendido como o enredo arquetípico do desenvolvimento da compreensão, segundo as teorizações de White (1994) sobre os trópicos do discurso. De acordo com esse autor, o enredo arquetípico das for-

mações discursivas parece exigir que o discurso se mova de uma caracterização metafórica original de um domínio de experiência, passando pela desconstrução metonímica de seus elementos, pelas representações sinédóquicas das relações entre seus atributos e sua suposta essência, chegando então à elaboração dos contrastes e oposições que possam ser discernidos nas representações sinédóquicas, fase que denomina ironia.

No caso do conceito de risco, esse longo processo envolveu, de um lado, o lento desenvolvimento da teoria da probabilidade, cuja história, que tem início no século XVII, é pontuada de heróis da matemática, incluindo aí Pascal, Fermat, Leibniz e De Moivre. Essa história é contada de forma coloquial por Peter Bernstein (1997), no livro *O Desafio aos Deuses*, e na linguagem social da Filosofia por Ian Hacking (1975), no livro *The Emergence of Probability*.

De outro lado, o conceito de risco envolve a sofisticação da estatística e seu uso como ciência do estado. Nunca é demais apontar que a raiz de estatística é *status*, que em latim quer dizer estado ou condição. Em seu sentido inicial, a estatística era o ramo da ciência política que dizia respeito à coleção e classificação de fatos relevantes para a tarefa administrativa, e é nesse sentido que ela encontra uma primeira função no governo das populações na Ciência da Polícia dos estados alemães dos séculos XVIII e XIX (Pasquino, 1991).

Mas seria necessário o avanço do cálculo das probabilidades para que a mera coleção de dados se tornasse um instrumento fundamental de governo. É nesse contexto, então, que encontramos o primeiro deslocamento no enredo arquetípico do discurso sobre risco. Passamos da metáfora à metonímia e entramos na primeira fase da gestão dos riscos, que tem sua idade de ouro no século XIX, na ciência sanitária que será o berço do Estado do Bem-Estar Social.

Entretanto, será apenas em meados do século XX que passaremos à fase da sinédoque, com a progressiva formalização do conceito e aperfeiçoamento das técnicas de cálculo dos riscos. Essa passagem, no domínio da epidemiologia, foi brilhantemente detalhada por José Ricardo Ayres (1997) em seu livro *Sobre o Risco*, e é ela que leva também, na segunda metade do século XX, à formatação de um campo de saber muito específico denominado *gestão de riscos*: um campo que resulta do casamento entre o cálculo de probabilidades e a herança da função política da estatística, e que irá gerar os sofisticados modelos de análise de riscos.

O campo interdisciplinar da *análise dos riscos* se inaugura, segundo alguns autores (entre

eles: Hood et al., 1992; Renn, 1998), na década de 50, no contexto dos riscos associados à energia nuclear. Esse campo desde cedo englobou três áreas de especialidade: o cálculo dos riscos (*risk assessment*), a percepção dos riscos pelo público e a gestão dos riscos. Mais recentemente, a gestão dos riscos passou a englobar também a comunicação sobre riscos ao público.

O *cálculo dos riscos* consiste na identificação dos efeitos adversos potenciais do fenômeno em análise, a estimativa de sua probabilidade e da magnitude de seus efeitos. Depende portanto, de quantificação, expressa na abordagem hegemônica do *Quantitative Risk Assessment* (Hood et al., 1992). A *percepção dos riscos* volta-se à relação entre o público e os riscos tecnológicos, estando associada portanto, ao estudo da aceitação de determinadas tecnologias, como vem acontecendo com as diversas aplicações modernas da engenharia genética. Volta-se também à perspectiva do controle preventivo dos riscos, buscando, por meio da educação, influir nos comportamentos deletérios para a saúde do corpo e do meio ambiente. A *gestão dos riscos* compreende quatro estratégias integradas: os seguros, as leis de responsabilização por danos, a intervenção governamental direta e a auto-regulação. Progressivamente, passou a incorporar também a *comunicação sobre riscos*, na medida em que a participação pública, quer na aceitação quer no autocontrole, passou a ser elemento imprescindível do controle social dos riscos.

Todas essas arenas iniciaram-se num clima de franco otimismo, mas progressivamente, depararam-se com críticas, sobretudo por parte de antropólogos vinculados à Mary Douglas e Aaron Wildavsky (Douglas, 1992; Douglas & Wildavsky, 1983). A eles juntaram-se, mais tarde, sociólogos, ecologistas e pensadores oriundos de outros campos disciplinares, incluindo aí a Psicologia Social (por exemplo: Kadvany, 1997; Johnson & Covello, 1987). O debate atual é rico e complexo demais para ser abordado neste texto, sendo importante apenas, para a argumentação aqui desenvolvida, apontar que duas dimensões estão aí imbricadas. Uma refere-se ao não-reconhecimento, nas abordagens iniciais, da questão dos valores que permeia não apenas a percepção do público, mas a própria definição do que vem a ser risco. A outra dimensão refere-se à transformação que vem ocorrendo na natureza dos riscos, progressivamente mais sistêmicos e globalizados. Nessa dimensão, o debate é técnico e questiona a própria possibilidade de cálculo de riscos cada vez mais imponderáveis.

Chegamos assim à quarta etapa do enredo arquetípico do discurso sobre o risco: a *ironia*.

A gestão dos riscos é um fenômeno da modernidade tardia e, sendo uma forma de governar populações, devemos entender esse enredo na perspectiva das mudanças que vêm ocorrendo na esfera da governamentalidade e que levam muitos autores (entre eles Castel, 1991) a afirmarem que estamos vivenciando o fim da sociedade disciplinar (ou modernidade clássica) e o início da sociedade de risco (ou modernidade tardia). Isso implica entender como passamos do foco na gestão da vida para o foco na gestão do risco.

Da sociedade disciplinar à sociedade de risco: a gestão dos riscos na modernidade tardia

Para Foucault (1977), o que estava em pauta na *sociedade disciplinar* era a gestão da vida que, segundo as reflexões delineadas no livro *A Vontade de Saber*, englobou duas estratégias. Uma, desenvolvida a partir do século XVII, centrou-se no corpo-máquina constituindo os *dispositivos disciplinares*. A outra, um pouco mais tardia, desenvolvendo-se por volta de meados do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie e englobou as técnicas de governo das populações. É no âmbito dessas últimas que se constituíram os *biopoderes* essenciais para a moderna gestão dos riscos.

O *poder disciplinar*, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, tinha por objetivo o controle dos corpos, tornando-os dóceis e fortalecidos para o trabalho produtivo. Ancorava-se duplamente na organização da massa indiferenciada mediante sistemas classificatórios e nas estratégias de vigilância continuada. O principal mecanismo classificatório nesse tipo de gestão era a norma, e mais precisamente a definida a partir das distribuições de frequência. Dessa forma, essa organização era perpassada pela noção do “homem médio”, introduzida por Lambert Adolphe Jacques Quetelet e aperfeiçoada por Francis Galton (Bernstein, 1997).

Também a vigilância dependia de dois mecanismos. De um lado, apoiava-se nas “disciplinas”, saberes específicos constituídos e constituidores das instituições de vigilância: a escola, a prisão, por exemplo. De outro lado, para que essas ordenações fossem internalizadas, a vigilância dependia de um regime disciplinar exercido no espaço privado dos lares e das subjetividades: a higiene.

Já os *biopoderes* voltam-se ao governo do corpo-espécie e têm por objetivo a segurança, estratégia de governo que implica o aperfeiçoamento

e uso da informação. É importante, nessa perspectiva, entender os riscos e seus correlatos. É importante também que se desenvolvessem instituições especializadas na análise dessas séries quantitativas. É obviamente nessa vertente que se ancoram as modernas estratégias de gestão dos riscos.

Entretanto, Foucault pensa a modernidade clássica. Seu projeto, segundo explicitação no texto *Politics and the Study of Discourse*, de 1968, buscava determinar, em suas diversas dimensões, como deve ter sido o modo de existência dos discursos e particularmente dos discursos científicos (suas regras de formação, com suas condições, dependências e transformações) na Europa, desde o século XVII, de maneira que o conhecimento que é nosso hoje, pudesse ter vindo a existir, mais particularmente, aquele que tomou como seu domínio o curioso objeto chamado homem (Foucault, 1991).

No entanto, para entender os deslocamentos ocorridos mais recentemente, a referência fundamental é Ulrich Beck (1993). Para Beck, o projeto da modernidade tardia implica a gestão dos riscos (e não mais a gestão da vida). Beck introduz o conceito de *sociedade de risco* para referir-se a esses deslocamentos, que incluem três características: a globalização, a individualização e a reflexividade.

A *globalização*, na visão de Beck, se refere à interseção de ausência e presença ou ao entrelaçamento de relações e eventos sociais que estão distantes dos contextos locais. Trata-se do processo de separação das relações entre tempo e espaço que tem como conseqüências a desterritorialização. Essa articulação de relações sociais que atravessam vastas fronteiras de tempo e espaço torna-se possível porque o movimento – de pessoas, de produtos e de informação – passou a ser facilitado pelos avanços nos meios de transporte. Entretanto, não é essa a marca registrada da globalização; sua condição *sine qua non* são os desenvolvimentos na mídia eletrônica.

Quanto à *individualização*, não se trata mais da identificação do singular na massa, fato que decorre dos processos classificatórios da sociedade disciplinar, mas da singularização por meio da destradicionalização. Beck se refere, com esse termo, às transformações que vêm ocorrendo nas instituições tradicionais – família, trabalho e educação – que fazem com que as biografias tornem-se projetos reflexivos e, como tal, processos centrais na constituição da subjetividade contemporânea.

Por sua vez, a *reflexividade* refere-se à suscetibilidade à revisão crônica da maior parte dos aspectos da atividade social e das relações

com a natureza, à luz de novas informações, processo esse que perpassa nossa vida cotidiana, pensada como esfera privada, o projeto da ciência e a própria atividade de governo. Trata-se, assim, de mais um indicador da presença da ironia em nossas formações discursivas, entendendo-a (como sugere White) como capacidade não só de dizer coisas sobre o mundo de maneira particular, mas também de dizê-las de maneira alternativa.

Não que as estratégias de governo anteriores – a soberania e a disciplina – não continuem a vingar. Foucault bem nos adverte. Mas há deslocamentos importantes que fazem com que as novas modalidades de biopoderes se tornem as principais estratégias de gestão. O que muda? Diríamos que muda a natureza dos riscos, os mecanismos de gestão das populações e as estratégias de gestão no nível das pessoas.

Quanto à *natureza dos riscos*, Beck e outros sociólogos (entre eles Giddens, 1998) falam de sociedade de risco para pontuar a complexidade dos riscos modernos, complexidade essa que se refere à natureza dos riscos – enfatizando a presença crescente dos riscos manufaturados, produtos dos desenvolvimentos da ciência e tecnologia – e à progressiva tendência à desterritorialização e globalização desses riscos. Emerge daí uma nova sensibilidade: a percepção crescente de que os riscos são sistêmicos, acompanhada da consciência da imponderabilidade dos riscos e da necessidade de mecanismos igualmente complexos de gestão do imponderável.

Essas novas formas de *gestão no nível das populações* trazem em seu bojo quatro aspectos interessantes. Inicialmente, a emergência de sistemas de gestão que são transdisciplinares, transdepartamentais e transnacionais. Em segundo lugar, a necessidade de mecanismos sofisticados de gestão de informação que atravessem domínios de saber: redes interligadas de informação, conforme descrito por Richard Ericson & Kevin Haggerty no livro *Policing the Risk Society* (1997). Impõem também, a necessidade de resignificação da ética, que passa a ser não mais uma ética prescritiva, mas dialógica com o imperativo da consulta a representantes da sociedade civil (Spink, 2000a). Finalmente, implica a emergência de novas modalidades de movimentos de resistência que utilizam as facilidades de acesso à *Internet*, traduzindo-se em movimentos sociais globalizados.

Já a *gestão no nível da pessoa*, concerne sobretudo ao imperativo de gestão da informação numa sociedade cada vez mais destradicionalizada e à luz de mudanças substantivas na natureza da informação, e até mesmo nos

mecanismos de circulação da informação. Assim, a informação na sociedade globalizada prescinde das instituições educativas (ou as transforma); passa a ser um processo contínuo que se dá *dentro e fora* dos espaços institucionais da educação. Sendo caracteristicamente capilar, se difunde por meio das várias tecnologias de informação (e não mais apenas por meio de livros). Tornando-se uma exigência para a produção de sentidos no cotidiano, implica novas formas de vigilância, agora subsumidas pelo autocontrole do estilo de vida e pela monitoração constante de indicadores de qualidade, como no caso prototípico dos diagnósticos preventivos em saúde.

O cruzamento do imperativo da informação com os processos de destradicionalização tem implicações importantes. Há, antes de tudo, uma tendência à desnormalização, sendo a norma substituída pelo imperativo da opção. Mas há também, a emergência de anteparos variados à destradicionalização, entre eles a busca do sentido da vida na emoção e adrenalina. Isso nos leva ao último tópico da contextualização imprescindível para o argumento aqui desenvolvido: a função do risco-aventura nesse cenário de gestão dos riscos.

A destradicionalização do risco: o risco-aventura como metáfora da modernidade tardia

Temos defendido em outros textos sobre risco (Spink, 2001) a existência de uma dimensão positiva no enfrentamento dos riscos. Há uma velha conexão entre *risco e aventura*, valorizada pela ousadia passível de levar a descobertas. Por exemplo, a companhia de seguros *Winterthur International*, membro do *Credit Suisse Group* – que se auto-define como “*the experts in total risk management*” –, produziu uma bela série de anúncios enfatizando a ousadia do risco. Trata-se de fotos dramáticas em branco e preto, com fundo preto, de autoria de Richard Avedon, com celebridades do calibre de Maurice BÉjart (coreógrafo), Giovanni Agnelli (empresário) e Lord Attenborough (cineasta), que falam de seus mundos na linguagem do risco. Por exemplo, no anúncio publicado na revista *The Economist* em 1998 (Winthertur International, 1998:56-57) Maurice BÉjart afirma: “*Dançar à beira de um vulcão é a mais bela metáfora que conheço para risco. E ter a coragem de correr riscos é a maior motivação para toda a dança*”.

Há também uma velha conexão entre *risco e formação de caráter*, expressa no valor educativo da aventura. Um dos mais antigos empre-

endimentos comerciais de educação através da aventura é o *Outward Bound*, com início em 1941, no País de Gales, Grã-Bretanha, resultado de uma parceria entre Kurt Hahn, educador, e Lawrence Holt, sócio de uma empresa de transporte marítimo. O objetivo original era treinar *por meio do corpo*, em oposição a treinar *o corpo* (Martin, 1994). Esse projeto teve imenso sucesso no pós-guerra, estando hoje firmemente implantado em diversos países. Sua página na Internet <<http://www.outwardbound.org>> descreve os cinco valores que norteiam esse tipo de educação: (a) aventura e desafio, (b) compaixão e serviço, (c) aprendizagem por intermédio da experiência, (d) desenvolvimento pessoal, (e) responsabilidade social e ambiental. Seu projeto educativo é descrito da seguinte maneira: “*Até mesmo num ambiente tão pouco domesticado como a natureza (wilderness) há método em nossa loucura. Todos os componentes de um curso outward bound o ajudam primeiramente a conhecer-se melhor, depois o ensinam a abrir-se (reach out) e ajudar aos outros em sua equipe. É essa combinação que o ajuda a ver as coisas com novos olhos e faz do outward bound uma experiência incrível.*”

Há, finalmente, uma velha conexão entre *risco e aposta*, em sua essência de potencialidade de ganhos e perdas, que deixou marcas profundas no domínio da economia. A revista *Exame*, de 13 de agosto de 1997, trazia como tema de capa a reportagem intitulada *Os Homens do Risco*, com a seguinte chamada: “*Bem-vindo ao mundo de intensa adrenalina da Linear. Emoção é o que não falta a quem se aventura por seus fundos de alto risco – que podem fazer a felicidade (ou a depressão) do investidor*” (Figura 1). A reportagem argumentava a favor da tese de que sem perigo não se avança no projeto da modernidade. Parafraseando Bernstein (1997), o autor da matéria afirma: “*Sem o domínio da teoria das probabilidades e de outros instrumentos de administração de risco, os engenheiros jamais teriam projetado as grandes pontes, os lares ainda seriam aquecidos porlareiras e as viagens espaciais ainda seriam um sonho. (...) A capacidade de administrar o risco e a vontade de correr riscos e de fazer opções ousadas são elementos-chave da energia que impulsiona o sistema econômico*” (Fucs, 1997:99).

É oportuno lembrar que, em seus primórdios, o desenvolvimento da teoria da probabilidade apoiou-se duplamente no cenário dos jogos de aposta e na astronomia. Por exemplo, há um famoso problema matemático concernente à distribuição do valor das apostas em um jogo interrompido, que circulou na Europa

Figura 1

O risco como motor da economia.



durante quatro séculos. Introduzido por Fibonacci no século XIII, foi finalmente resolvido por Pascal e Fermat no século XVII, por meio do cálculo da probabilidade da seqüência de ganhos e perdas no desenrolar do jogo.

Essa modalidade de enfrentamento de riscos é fortemente marcada pela aventura, definida aqui apenas como a disposição de correr riscos. Trata-se de um componente importante da modernidade, expressa, por exemplo, na disposição de investir, motor principal da economia liberal. Há, aliás, um fértil campo de pesquisa voltado ao estudo do comportamento do *homo economicus*, que busca entender a tomada de decisão em situações de risco. Basta citar como exemplo duas vertentes de pesquisa hoje clássicas: a teoria de jogos de John Von Neumann & Oscar Morgenstern (1947) e a teoria de decisão dos psicólogos cognitivos associada ao trabalho de Amos Tversky e Daniel Kahneman (Kahneman & Tversky, 1984; Tversky & Kahneman, 1981).

Entretanto, deparamos hoje com novas modalidades de aventura, seja na vertente dos esportes radicais, seja na busca da emoção exacerbada pelas drogas lícitas e ilícitas. Alguns autores (entre eles Giddens, 1991; Le Breton, 1996) vêm procurando entendê-las à luz das características da sociedade de risco, situando-

as como formas de anteparo aos processos de destradicionalização que acompanham a globalização. Temos assumido a posição de que, para entendê-las, é preciso antes de tudo situá-las no contexto dos jogos. Optamos, para isso, pelas teorizações hoje clássicas de Roger Caillois (1958).

Caillois baseia seu modelo de jogos (Tabela 1) na interseção de duas dimensões: as diferentes modalidades de jogos e o grau de disciplinarização dos jogos. Propõe, dessa forma, quatro modalidades básicas de jogos: *agôn*, jogos de competição; *alea*, jogos de chance; *mimicry*, jogos de simulacro e *ilinx*, jogos de vertigem. As quatro modalidades aparecem em duas formas: uma mais espontânea (ou primitiva) – a *paidia* e a outra mais regrada – o *ludus*. Podemos pensá-las na perspectiva da sociogênese, ou seja, a *paidia* como uma forma menos socializada dos jogos, típica, por exemplo, da infância e o *ludus* como a forma disciplinada, socializada e presa a regras de comportamento.

Um dos fenômenos mais surpreendentes da época atual é o crescimento vertiginoso, quase desenfreado, dos jogos de vertigem (*ilinx*) e é nesse contexto que situamos o risco-aventura. Faz parte desse movimento de expansão, a emergência das diversas novas formas de esportes de aventura, tendo como precursora a *Whitbread Ocean Race*, com início em 1973. Herdeira das disputas informais entre os *tea clippers* que faziam a rota entre Europa e Ásia no século passado, a *Whitbread* mobiliza hoje alta tecnologia e recursos sofisticados, sem deixar de apelar para a emoção dos riscos inerentes ao enfrentamento dos oceanos.

A década de setenta introduz modalidades de risco-aventura que utilizam veículos motorizados, especialmente as disputas de veícu-

los *off-the-road*, sendo as mais conhecidas o *Rali Paris-Dakar*, iniciado em 1979, e o *Camel Trophy*, realizado em lugares inóspitos em diferentes países a partir de 1980.

O final dos anos 80 vê emergir novas modalidades de risco-aventura: os ralis humanos. A primeira competição nessa nova modalidade teria sido o *Raid Gauloise*, concebido por um jornalista francês, Gérard Fusil e realizado pela primeira vez na Nova Zelândia em 1989. Já o *Eco-Challenge Lifestyles Inc.*, fundado por Mark Burnett em 1992, como sugere o nome, inova por associar aventura com ecologia. Trata-se, como seu antecessor, de uma competição de resistência que envolve múltiplas modalidades de esporte: montaria a cavalo, canoagem, escalada, rapel, *mountain bike* e longas caminhadas. Tem como ingredientes principais o trabalho em equipe, a resistência, o espírito de aventura e a compaixão, mesclados com a consciência ecológica manifesta não só no respeito absoluto à natureza (“*pack it in, pack it out, no camp fires, camp and travel only where permitted*” é o lema dos aventureiros ecologistas), como também na ação ambiental efetiva apoiando iniciativas locais. Também nós, no Brasil, aderimos aos ralis humanos, inicialmente com a Expedição Mata Atlântica, organizada pela *Sociedade Brasileira Multisport Adventure Racing* a partir de 1998, e mais recentemente com os programas populares de sobrevivência, como o recente *No Limite*.

Entretanto, o *ilinx* não se manifesta apenas nessas formas disciplinadas de jogos de vertigem características do *ludus*. Para entender a multiplicidade de modalidades de risco-aventura é conveniente recorrer mais uma vez a Caillois e a sua proposta de que o *ludus* pode ter formas culturais e institucionais, assim co-

Tabela 1

A classificação dos jogos segundo Roger Caillois.

	<i>Agôn</i> (competição)	<i>Alea</i> (chance)	<i>Mimicry</i> (simulacro)	<i>Ilinx</i> (vertigem)
<i>Paidia</i> (algararra, alarido, tumulto, agitação, riso solto)	Corridas Lutas	Tesoura, pedra, papel Cara ou coroa	Jogos de ilusão Máscaras Fantasias	Carrossel Dança
<i>Ludus</i> (esportes com regras, técnicas e equipamentos)	Boxe Esgrima Futebol Bilhar Damas Xadrez	Apostas Roleta Loterias	Teatro Circo	Esqui Alpinismo <i>Bungee jump</i>

Fonte: Roger Caillois (1958).

mo formas corrompidas. As *formas culturais* englobam todas as modalidades de esportes que exaltam a velocidade, a adrenalina, a obliteração da razão pela concentração total na ação. Por exemplo, o esqui, o alpinismo, o surfe e as diversas modalidades de esportes que envolvem desafio, sobrevivência e vertigem.

As *formas institucionais* se fazem presentes sobretudo nas profissões que exigem o domínio da vertigem. Inserem-se aqui as tradicionais profissões de risco, como os guias de montanha, os bombeiros, os detetives. Mas inserem-se também as novas profissões que emergem em consequência dos riscos manufaturados. Ericson & Haggerty (1997:102) definem as novas profissões do risco como “*um grupo ocupacional que reivindica para si um conhecimento abstrato e exclusivo sobre como lidar com riscos específicos, assim como a habilidade de prover serviços especializados para gerenciar esses riscos*”. Incluem-se aqui os gerentes de risco em bancos de investimento, os responsáveis pela segurança de tecnologias capazes de induzir a desastres em larga escala, como a energia nuclear e os responsáveis pela segurança das novas tecnologias associadas à engenharia genética.

Caillois propõe ainda que há *formas corrompidas* dos jogos de vertigem em que a razão é obliterada, por exemplo, pelo uso de drogas psicotrópicas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Essa é a forma de risco que David Le Breton (1996) chama de *blancheur*. Trata-se do inverso da vertigem e do desafio – em que o risco é ativamente buscado – com a atração direcionada para o menos e não para o mais: longe de provocar a morte, há um doce abandono a ela por meio do álcool, da droga, da fuga ou da vagabundagem.

São essas dimensões do risco que vêm sendo foco de reflexão de tantos autores. Alguns buscam entender a onipresença das *formas culturais do risco-aventura*, subsumidas pelos esportes-radicaís, como forma de expansão dos processos de disciplinarização para além de suas formas institucionais. A aventura, nessa interpretação, passa a ser incorporada ao cotidiano como estratégia de edificação. Encontramos na mídia exemplos variados dessa função edificadora do risco-aventura, entre eles:

a) O fortalecimento do caráter, como na reportagem de capa da *Veja São Paulo*, de março de 1998 (França, 1998), intitulada *Uma Turma Movida a Adrenalina: Os Riscos, os Benefícios, as Emoções e os Desafios dos Esportes Radicais Praticados por Aventureiros Infantís* (Figura 2).

b) A aprendizagem de flexibilidade e decisão nos programas de treinamento e desenvol-

Figura 2

Crianças radicais – o risco como fortalecimento do caráter.



vimento gerencial, como o Quest, desenhados para dar à gerência corporativa um recurso de treinamento alternativo que combina a emoção da aventura *outdoor* com o treinamento corporativo tradicional. Segundo descrição fornecida no site, “*o conceito é aprender fazendo – fazendo algo fora do escritório que apresenta desafios que podem então ser transferidos para o mundo real do trabalho*” (Quest: <http://www.lagunaphuket.com/quest/corporate_training.htm>).

c) Ou ainda, a busca de novos espaços para o fortalecimento dos laços familiares, como apregoa a reportagem de capa da *Veja São Paulo*, de junho de 1999 (França, 1999), intitulada *Laços de Adrenalina: Pais e Filhos Descobrem na Natureza, em Surpreendentes Aventuras de Fim de Semana, a Chave para uma Convivência mais Estreita*.

Outros autores focalizam as *formas corrompidas* e buscam entendê-las na perspectiva dos processos de destradicionalização, próprios da sociedade globalizada e do capitalismo informacional. Insere-se nessa vertente a instigante reflexão de David Le Breton (1996), que analisa tanto as formas culturais quanto as formas corrompidas dos *ilinx* modernos na perspectiva do ordálio, ou seja: a busca de significado para a vida no enfrentamento da morte, dando chan-

ces iguais de dela escapar. Em suma, “quando o sentido da vida escapa, quando tudo é indiferente, o ordálio é uma solução. É a única estrutura antropológica que pode dar uma segunda chance. Ela metaforiza a morte por meio de uma troca simbólica em que o ator aceita que, para poder tudo ganhar, arrisca tudo perder” (Le Breton, 1996:58).

São caminhos possíveis, mas que não esgotam as explicações sobre a onipresença do risco-aventura na sociedade contemporânea. O que estamos propondo, entretanto, é que busquemos fugir da sedução dos esportes-aventura ou do questionamento das formas corrompidas de *ilinx*, focalizando o risco-aventura a partir de um novo olhar, buscando entender os usos metafóricos a que se prestam para falar não mais de riscos mas de imponderabilidade.

O uso metafórico do risco-aventura

Desde que nos embrenhamos na pesquisa sobre risco, temos colecionado matérias sobre o assunto em jornais e revistas, nacionais e estrangeiras, incluindo anúncios e propagandas que utilizam a linguagem do risco. Analisando as matérias que traziam a palavra risco no seu título, publicadas na *Folha de São Paulo* no período de 1921 a 1998 (Spink, 2000b), verificamos um uso crescente em todas as áreas de reportagem, incluindo esporte, economia, saúde e política. Muitas dessas matérias focalizavam o “risco em si”, seja como metonímia, seja como sinédoque. Mas outras faziam um uso metafórico do termo, que era utilizado para falar de algo que, embora relacionado, já não era mais risco.

Esse deslocamento fica mais claro quando analisamos as imagens; em suma, muito recentemente começamos a encontrar imagens relacionadas a risco-aventura que já não remetem mais à palavra risco. É possível ilustrar esse deslocamento contrastando dois usos de risco em imagens. O primeiro é um anúncio de uma empresa de seguros, a *Allianz Group*, que se descreve como “líder em seguros e serviços financeiros na Europa”, publicado na *Veja*, em maio de 2000. A belíssima imagem, aqui apresentada na forma de croquis dada a recusa de autorização para sua reprodução, mostra um operário sentado em uma viga de prédio em construção, “no topo do mundo” com a cidade aos seus pés.

A mensagem é clara: onde quer que você esteja, a Allianz dará cobertura: “para nós, administração de riscos significa pensar o impen-sável para evitar que riscos se transformem em

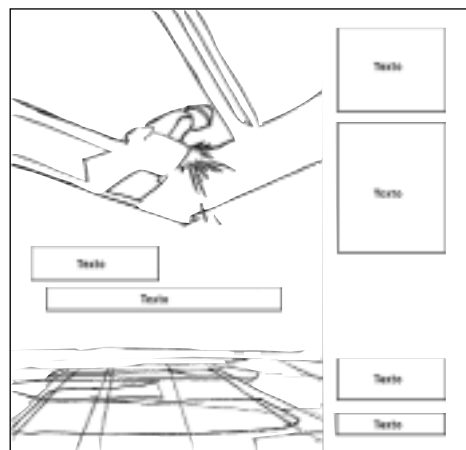
perdas. Como uma das maiores seguradoras do mundo, temos a solidez financeira e a capacidade técnica que fazem da Allianz uma parceira em que você pode confiar quando e onde precisar” (Allianz Group, 2000:100-101). O anúncio fala tanto da necessidade como da positividade do risco, mas a partir da segurança decorrente da escolha de bons gerentes de risco. Embora se apóie na metáfora para a comunicação da mensagem, a associação entre a necessidade de correr riscos e os resultados potencialmente positivos da empreitada é feita no contexto do gerenciamento racional dos riscos (Figura 3).

Já a segunda imagem nem mesmo fala em riscos, embora eles estejam presentes quer na foto quer na idéia de volatilidade dos fundos. Trata-se de um de três textos publicados na revista inglesa *The Week*, de 29 de abril de 2000, na seção intitulada *Making Money: What the Experts Think*. O texto em questão, intitulado *Thrill Seekers or Sound Sleepers* (os que buscam emoções ou os que preferem um sono tranqüilo), discutia a opção por fundos voláteis. Iniciava afirmando que “a maioria dos investidores evita a volatilidade excessiva, mas para o jogador hiperativo que gosta de entrar e sair de uma ação em poucas horas, as altas e baixas oferecem possibilidades maiores de lucro a curto-prazo” (Week, 2000:35). Concluía, assim, que as ações menos voláteis são mais adequadas para investidores que preferem “dormir à noite”.

O texto vem acompanhado da Figura 4, também apresentada na forma de croqui, que

Figura 3

O risco com segurança.



tem por subtítulo *Volatilidade: Apenas para os que Buscam Emoções*. O salto no espaço, provavelmente na modalidade de *bungee jump*, fala metaforicamente de risco como aventura, sendo esta uma atividade própria de quem busca emoções e, como na reportagem sobre os homens do risco apresentada anteriormente, tem “coração forte”.

Considerações finais

Concluindo, é esse deslocamento, do risco metonímico para o metaforizado, que deveria ser o foco de nossas análises, por ser indicativo da emergência de novos discursos sobre risco. Nestes, não é mais o risco, mas a imprevisibilidade, a imponderabilidade e a complexidade que marcam nossas experiências cotidianas; são indicativos, portanto, do deslocamento da sociedade disciplinar para a de risco a que nos referimos anteriormente.

Buscando fazer uma síntese das muitas tramas abordadas neste texto, concluiríamos reiterando quatro aspectos. Em primeiro lugar, risco emerge como conceito quando se torna possível pensar o futuro como passível de controle. Esse é um processo que envolve tanto o desenvolvimento do instrumental necessário (como a teoria da probabilidade) quanto a emergência de um novo objeto de governo (a população).

Em segundo lugar, da pré-modernidade à modernidade clássica, a gestão dos riscos se formata em duas vertentes distintas: a prevenção e a aposta. Ambas são frutos da crença na racionalidade, mas geram mecanismos de controle distintos. Na vertente da prevenção, o principal mecanismo de controle é a norma, definida por meio da média estatística. Já na vertente da aposta, elemento essencial do comportamento em uma economia liberal, o principal mecanismo de gestão é a tomada de decisão informada que privilegia o processamento da informação numa perspectiva cognitiva intra-individual.

Em terceiro lugar, na transição para a sociedade de risco ocorrem várias transformações: a crença na possibilidade de controlar o futuro a partir da agregação e análise de séries de informações, passa a ser questionada frente à natureza sistêmica dos riscos manufaturados; a norma cede lugar à probabilidade como mecanismo de gestão e a gestão dos riscos no espaço privado se desprende dos mecanismos tradicionais de vigilância, pautados nas instituições disciplinares, e passa a depender do gerenciamento de informações que são de todos

Figura 4

Risco, volatilidade e imponderabilidade.



e não são de ninguém. Amplia-se assim, a experiência intersubjetiva do imperativo da opção, gerando novos mecanismos de exclusão social.

Finalmente, é possível que ainda não tenhamos os conceitos necessários para expressar essas novas sensibilidades, gerando assim um solo fértil para a emergência de novos termos, utilizados ainda em sentido figurativo.

Retomando a teoria tropológica de White (1994), é possível propor que o tempo longo da gestão dos riscos nos leva do uso metafórico, como aposta no cenário dos jogos, para o metonímico, em que impera a norma associada à média estatística, à fase da sinédoque, na qual se formaliza o conceito probabilístico de risco, até a fase da ironia, entendida como o questionamento a partir da contraposição de explicações alternativas. Se a interpretação dessa trajetória do conceito de risco fizer sentido, então o estudo minucioso das novas formas de falar sobre ele e as funções que essas práticas discursivas têm na vida social, podem nos dar pistas sobre a emergência de novas formas de gestão na modernidade tardia e das possibilidades de produção de sentido a elas associadas.

Referências

- ALLIANZ GROUP, 2000. Anúncio. *Veja*, 3 mai:100-101.
- AYRES, J. R. C. M., 1997. *Sobre o Risco: Para Compreender a Epidemiologia*. São Paulo: Editora Hucitec.
- BECK, U., 1993. *Risk Society: Towards a New Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- BERNSTEIN, P., 1997. *O Desafio aos Deuses: A Fascinante História do Risco*. Rio de Janeiro: Campus.
- BOURDIEU, P., 1979. *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo: Perspectiva.
- CAILLOIS, R., 1958. *Les Jeux et les Hommes*. Paris: Gallimard.
- CASTEL, R., 1991. From dangerousness to risk. In: *The Foucault Effect: Studies in Governmentality* (G. Burchell, C. Gordon & P. Miller, ed.), pp. 281-298, Chicago: University of Chicago Press.
- DOUGLAS, M., 1992. *Risk and Blame: Essays in Cultural Theory*. London: Routledge.
- DOUGLAS, M. & WILDAVSKY, A., 1983. *Risk and Culture*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- ERICSON, R. & HAGGERTY, K., 1997. *Policing the Risk Society*. New York: Oxford University Press.
- FOUCAULT, M., 1991. Politics and the study of discourse. In: *The Foucault Effect: Studies in Governmentality* (G. Burchell, C. Gordon & P. Miller, ed.), pp. 53-72, Chicago: University of Chicago Press.
- FOUCAULT, M., 1977. *A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRANÇA, V., 1998. Uma turma movida a adrenalina: Os riscos, os benefícios, as emoções e os desafios dos esportes radicais praticados por aventureiros infantis. *Veja São Paulo*, 11 mar:12-18.
- FRANÇA, V., 1999. Laços de adrenalina: Pais e filhos descobrem na natureza, em surpreendentes aventuras de fim de semana, a chave para uma convivência mais estreita. *Veja São Paulo*, 2 jun:16-21.
- FUCS, J., 1997. Os jogadores. *Exame*, 642:96-103.
- GIDDENS, A., 1991. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, A., 1998. Risk society: The context of British politics. In: *The Politics of Risk Society* (J. Franklin, ed.), pp. 23-34, Cambridge: Polity Press.
- JOHNSON, B. B. & COVELLO, V. T. (ed.), 1987. *The Social and Cultural Construction of Risk: Essays on Risk Selection and Perception*. Dordrecht: Reidel.
- HACKING, I., 1975. *The Emergence of Probability: A Philosophical Study of Early Ideas About Probability, Induction and Statistical Inference*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOOD, C. C.; JONES, D.; PIDGEON, N.; TURNER, B. & GIBSON, R., 1992. Risk management. In: *Risk: Analysis, Perception and Management* (The Royal Society, ed.), London: The Royal Society.
- KADVANY, J., 1997. Varieties of risk representations. *Journal of Social Philosophy*, 28:123-143.
- KAHNEMAN, D. & TVERSKY, A., 1984. Choices, values and frames. *American Psychologist*, 39:341-350.
- LE BRETON, D., 1996. *Passions du Risque*. Paris: Métaillé.
- MACHLIS, G. E. & ROSA, E. A., 1990. Desired risk: Broadening the social amplification risk framework. *Risk Analysis*, 10:161-168.
- MARTIN, E., 1994. *Flexible Bodies*. Boston: Beacon Press.
- PASQUINO, P., 1991. *Theatrum politicum: The genealogy of capital, police and the state of prosperity*. In: *The Foucault Effect: Studies in Governmentality* (G. Burchell, C. Gordon & P. Miller, ed.), pp. 104-118, Chicago: University of Chicago Press.
- POTTER, J. & WETHERELL, M., 1987. *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitude and Behaviour*. London: Sage Publications.
- RENN, O., 1998. Three decades of risk research: Accomplishments and new challenges. *Journal of Risk Research*, 1:49-71.
- SPINK, M. J. P., 1997. *A Construção Social do Risco no Cenário da AIDS*. Projeto Integrado. São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (mimeo.)
- SPINK, M. J. P., 1998. *A Centralidade do Conceito de Risco na Constituição da Subjetividade Moderna*. Projeto. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (mimeo.)
- SPINK, M. J. P., 1999. *Risco e Incerteza na Sociedade Contemporânea: Vivendo na Sociedade de Risco*. Projeto Integrado. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (mimeo.)
- SPINK, M. J. P., 2000a. A ética na pesquisa social: Da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. *Psico*, 31:7-22.
- SPINK, M. J. P., 2000b. Risco e sociedade contemporânea: O papel da mídia na circulação dos repertórios sobre risco. In: *A Construção Social do Risco no Cenário da Aids* (M. J. P. Spink, org.), Relatório de Pesquisa, pp. 1-31, São Paulo: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- SPINK, M. J. P., 2001. Os contornos do risco na modernidade reflexiva: Considerações a partir da psicologia social. *Psicologia e Sociedade*, 12:156-174.
- SPINK, M. J. P. & FREZZA, R. M., 1999. Práticas discursivas e produção de sentidos: A perspectiva da psicologia social. In: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas* (M. J. Spink, org.), pp. 17-39, São Paulo: Cortez Editora.
- SPINK, M. J. & MEDRADO, B., 1999. Produção de sentido no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas* (M. J. Spink, org.), pp. 41-61, São Paulo: Cortez Editora.
- SPINK, M. J. P. & MENEGON, V., 1999. A pesquisa como prática discursiva. In: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas* (M. J. Spink, org.), pp. 63-92, São Paulo: Cortez Editora.
- TVERSKY, A. & KAHNEMAN, D., 1981. The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, 211:453-458.
- VON NEUMANN, J. & MORGENTHAU, O., 1947. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton: Princeton University Press.
- WEEK, 2000. Thrill seekers or sound sleepers. *Week*, 29 apr:35.
- WHITE, H., 1994. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP.
- WINTERTHUR INTERNATIONAL, 1998. Anúncio. *Economist*, 31 oct:56-57.